

GUILHERME DE SOUZA NUCCI

Juiz de Direito em São Paulo. Professor da PUC-SP, da UNIP, da Escola Paulista da Magistratura e da UniToledo (Araçatuba).

NÁILA CRISTINA FERREIRA NUCCI

Advogada em São Paulo. Professora da FAAP, Universidade Paulista (UNIP) e Universidade São Marcos.

PRÁTICA FORENSE PENAL

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS

343.1(81)
N964p



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Nucci, Guilherme de Souza

Prática forense penal / Guilherme de Souza Nucci, Náila Cristina Ferreira Nucci. – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2006.

Bibliografia

ISBN 85-203-2845-8

1. Direito penal-:Brasil 2 .Prática forense -Brasil - 3. Processo penal-Brasil. Nucci, Náila Cristina Ferreira II. Título.

05-9654 CDU-343.1(81)

343.1(81)
N964p



SUMÁRIO

Apresentação	9
Capítulo I — Inquérito Policial	
1. Conceito	23
2. Finalidade	23
3. Fundamento legal	23
4. Pontos relevantes	23
4.1 Perfil	23
4.2 Prazo de conclusão	24
4.3 Início e término	24
4.4 Indiciamento	25
5. Procedimento esquemático	26
1.º) Inquérito policial	26
6. Modelos de peças	27
(Conteúdo exclusivo do CD-ROM)	
1.º) Auto de prisão em flagrante	28
2.º) Portaria de instauração de inquérito policial	
3.º) Termo circunstanciado	32
4.º) Termo de comparecimento	
5.º) Requisição de representante do Ministério Público ou juiz para instauração de inquérito policial	34
6.º) Requerimento do ofendido para instauração de inquérito policial	35
7.º) Procuração <i>ad judícia</i>	
8.) Termo de representação do ofendido para ação pública condicionada	
9.º) Nota de culpa em caso de prisão em flagrante	
10) Termo de qualificação e vida pregressa	
11) Relatório da autoridade policial	
12) Representação da autoridade policial pela busca e apreensão	36
13) Representação da autoridade policial pela quebra de sigilo bancário ou fiscal	38
14) Representação da autoridade policial pela quebra de sigilo de dados telefônicos	39
15) Representação da autoridade policial pela interceptação telefônica	41
16) Representação da autoridade policial pela instauração de incidente de insanidade	
17) Decisão judicial de decretação da busca e apreensão	43
18) Decisão judicial de quebra de sigilo bancário ou fiscal	45

343.1(81)
N964p



19) Decisão judicial de quebra de sigilo de dados telefônicos	46
20) Decisão judicial de autorização para interceptação telefônica	48

Capítulo II — Ação Penal

1. Conceito	49
2. Finalidade	49
3. Fundamento legal	49
4. Pontos relevantes	49
4.1 Perfil	49
4.2 Prazo	50
4.3 Início e término	51
5. Procedimentos esquemáticos	52
1.º) Identificação de modalidade de ação	52
2.º) Identificação de rito	53
3.º) Comum (ordinário)	54
4.º) Sumaríssimo	55
5.º) Especiais - Crime de responsabilidade de funcionário público	57
6.º) Especiais - Crime contra a propriedade imaterial (ação pública)	58
7.º) Especiais - Crime contra a propriedade imaterial (ação privada)	59
8.º) Especiais - Crime de imprensa	60
9.º) Especiais - Crime falimentar	61
6. Modelos de peças	62

(Conteúdo exclusivo do CD-ROM)

1º) Denúncia	63
2º) Queixa-crime	
3º) Pedido de habilitação como assistente de acusação	
4º) Defesa prévia	65
5º) Defesa preliminar - Funcionário público	70
6º) Defesa preliminar - Competência originária	
7.º) Defesa preliminar - Lei de Tóxicos (Lei 10.409/2002)	
8.º) Alegações finais - Ministério Público	72
9.º) Alegações finais - Ministério Público (modelo II)	
10.º) Alegações finais - Defesa	74
11.º) Alegações finais - Defesa (modelo II)	

Capítulo III - Ação Civil *Ex Delicto*

1. Conceito	79
2. Finalidade	79
3. Fundamento legal	79
4. Pontos relevantes	79

**343.1(81)
N964p**



4.1 Perfil	79
4.2 Excludentes de ilicitude reconhecidas na esfera criminal	80
4.3 Sentenças criminais absolutórias e seu reflexo no cível	80
5. Procedimento esquemático	81
1.º) Ação civil <i>ex delicto</i>	81
6. Modelo de peça	82

(Conteúdo exclusivo do CD-ROM)

1.º) Ação civil <i>ex delicto</i>	83
-----------------------------------	----

Capítulo IV - Jurisdição e Competência

1. Conceitos	87
2. Competência absoluta e relativa	87
3. Regras básicas para a fixação da competência	87
4. Procedimentos esquemáticos	90
1.º) Estrutura geral do Poder Judiciário (na esfera criminal)	90
2.º) Jurisdição e competência - Organização da Justiça Estadual	91
3.º) Jurisdição e competência - Organização da Justiça Federal	92
4.º) Competência originária por prerrogativa de função e matéria	93
5.º) Competência da Justiça Federal	96

Capítulo V - Incidentes Processuais

1. Conceito	97
2. Questões prejudiciais	97
3. Procedimentos incidentes	98
3.1 Exceções	98
3.2 Incompatibilidades e impedimentos	98
3.3 Conflitos de competência	98
3.4 Restituição de coisa apreendida	98
3.5 Medidas assecuratórias	99
3.6 Incidente de falsidade	99
3.7 Incidente de insanidade mental	99
4. Procedimentos esquemáticos	100
1.º) Conflito negativo de competência	100
2.º) Conflito positivo de competência	101
3.º) Quadro resumo de conflito de competência	102
4.º) Restituição de coisa apreendida	103
5.º) Incidente de insanidade mental	105
5. Modelos de peças	106

(Conteúdo exclusivo do CD-ROM)

1.º) Questão prejudicial heterogênea	107
--------------------------------------	-----

**343.1(81)
N964p**



2.º) Questão prejudicial homogênea	109
3.º) Exceção de suspeição	110
4.º) Exceção de Impedimento	
5.º) Exceção de incompetência	112
6.º) Exceção de litispendência	114
7.º) Exceção de coisa julgada	
8.º) Exceção de ilegitimidade de parte	
9.º) Suscitação de conflito positivo de competência	117
10) Suscitação de conflito negativo de competência	
11) Restituição de coisa apreendida	119
12) Pedido de seqüestro	121
13) Pedido de especialização de hipoteca legal	124
14) Pedido de arresto	
15) Embargos de terceiro em caso de seqüestro	127
16) Embargos de terceiro de boa-fé	129
17) Embargos de terceiro estranho à relação processual	131
18) Impugnação ao seqüestro (arresto)	
19) Impugnação à especialização de hipoteca legal	
20) Pedido de instauração de incidente de falsidade documental	133
21) Pedido de instauração de incidente de insanidade mental pela acusação	134
22) Portaria de instauração de incidente de insanidade mental	134

Capítulo VI - Prisão e Liberdade Provisória

1. Conceitos	135
2. Regras gerais para a efetivação da prisão	135
3. Prisão preventiva	136
4. Prisão em flagrante	137
5. Prisão temporária	137
6. Prisão decorrente de pronúncia	138
7. Prisão decorrente de sentença condenatória	138
8. Prisão para condução coercitiva	139
9. Regras gerais para a concessão de liberdade provisória	139
10. Modelos de peças	141

(Conteúdo exclusivo do CD-ROM)

1º) Representação da autoridade policial pela decretação da prisão temporária	142
2º) Representação da autoridade policial pela decretação da prisão temporária (modelo II)	
3º) Representação da autoridade policial pela decretação da prisão preventiva	

**343.1(81)
N964p**



4º) Requerimento da acusação pára a decretação da prisão preventiva	143
5º) Decisão judicial de decretação da prisão preventiva	145
6º) Requerimento da defesa para a revogação da prisão preventiva	147
7º) Decisão judicial de revogação da prisão preventiva	149
8º) Requerimento da defesa de revogação da prisão temporária	
9º) Requerimento da acusação para a decretação da prisão temporária	
10º) Decisão judicial de decretação da prisão temporária	150
11º) Decisão judicial de revogação da prisão temporária	
12º) Requerimento para o relaxamento da prisão em flagrante	151
13º) Decisão judicial de manutenção da prisão em flagrante	153
14º) Decisão judicial de relaxamento da prisão em flagrante	
15º) Requerimento de concessão de liberdade provisória sem fiança, antes do oferecimento da denúncia	154
16º) Requerimento de concessão de liberdade provisória sem fiança, depois do oferecimento da denúncia	156
17º) Requerimento de concessão de liberdade provisória com fiança, antes do oferecimento da denúncia	158
18) Requerimento de concessão de liberdade provisória com fiança, após o oferecimento da denúncia	160
19) Decisão judicial de concessão de liberdade provisória sem fiança, antes da denúncia	
20) Decisão judicial de concessão de liberdade provisória sem fiança, depois da denúncia	
21) Decisão judicial de concessão de liberdade provisória com fiança, antes da denúncia	
22) Decisão judicial de concessão de liberdade provisória com fiança, depois da denúncia	
23) Decisão judicial de decretação da prisão por pronúncia	
24) Decisão judicial de decretação da prisão por sentença	

Capítulo VII - Júri

1. Conceito	163
2. Princípios constitucionais regentes	163
3. Procedimento trifásico condenatória	163
4. Possibilidades do magistrado ao término da fase de formação da culpa	164
5. Pontos relevantes	164
6. Libelo-crime acusatório	165
7. Julgamento em Plenário	165
8. Procedimentos esquemáticos	167

343.1(81)
N964p



1.º) 1ª fase - formação de culpa - <i>judicium accusationis</i>	167
2.º) 2ª fase - preparação do Plenário	168
3.º) 3ª fase - juízo de mérito - <i>judicium causae</i>	169
9. Modelos de peças	170

(Conteúdo exclusivo do CD-ROM)

1.º) Sentença de pronúncia	171
2.º) Sentença de impronúncia	174
3.º) Decisão de desclassificação	177
4.º) Sentença de absolvição sumária	179
5.º) Libelo-crime acusatório	182
6.º) Contrariedade ao libelo	
7.º) Decisão de recebimento do libelo	
8.º) Decisão de rejeição do libelo	
9.º) Pedido de justificação no júri	
10) Quesitos - Homicídio simples	184
11) Quesitos - Homicídio qualificado	
12) Quesitos - Induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio	185
13) Quesitos - Infanticídio	186
14) Quesitos - Aborto praticado pela gestante	187
15) Quesitos - Crime conexo	188
16) Quesitos - Co-autoria	189
17) Quesitos - Participação	190
18) Quesitos - Legítima defesa	191
19) Quesitos - Estado de necessidade	
20) Quesitos - Exercício regular de direito	
21) Sentença absolutória em Plenário	192
22) Sentença condenatória em Plenário	193
23) Pedido de desaforamento	195

Capítulo VIII - Sentença

1. Conceito	197
2. Outras decisões judiciais	197
3. Conteúdo da sentença	197
4. Correlação entre imputação e sentença	198
5. Absolvição vinculada	198
6. Modelos de peças	200

(Conteúdo exclusivo do CD-ROM)

1.º) Sentença condenatória	201
2.º) Sentença condenatória (modelo II)	
3.º) Sentença absolutória	210

343.1(81)
N964p



4.º) Sentença absolutória (modelo II)

Capítulo IX – Recursos

1. Conceito e efeitos	213
2. Pressupostos de admissibilidade	213
3. Recurso em sentido estrito	214
4. Correição parcial	215
5. Agravo em execução	215
6. Apelação	215
7. Embargo de declaração	217
8. Protesto por novo júri	217
9. Carta testemunhável	218
10. Embargos infringentes e de nulidade	218
11. Recurso especial	219
12. Recurso extraordinário	219
13. Agravo de instrumento de decisão denegatória de recurso especial ou extraordinário	220
14. Recurso ordinário constitucional	220
15. Agravo regimental nos tribunais	221
16. Reclamação	221
17. Procedimentos esquemáticos	222
1º) Esquema para identificação do recurso	222
2º) Recurso em sentido estrito	227
3.º) Correição parcial	228
4.º) Agravo em execução	229
5.º) Apelação	230
6.º) Apelação na Lei 9.099/95	231
7.º) Embargos de declaração de sentença	232
8.º) Embargos de declaração de acórdão	233
9.º) Protesto por novo júri	234
10) Carta testemunhável	235
11) Embargos infringentes e de nulidade	236
12) Recurso especial	237
13) Recurso extraordinário	238
14) Recurso ordinário constitucional	239
15) Agravo regimental	240
18. Modelos de peças	241

(Conteúdo exclusivo do CD-ROM)

1.º) Petição de interposição e razões de recurso em sentido estrito em caso de pronúncia	242
--	-----

343.1(81)
N964p



2.º) Petição de interposição e contra-razões de recurso em sentido estrito em caso de pronúncia	245
3.º) Petição de interposição e razões de apelação era caso de condenação por crime comum	248
4.º) Petição de interposição e contra-razões de apelação em caso de condenação por crime comum	253
5.º) Petição de interposição e razões de agravo em execução	257
6.º) Petição de interposição contra-razões de agravo em execução	259
7.º) Petição de interposição e razões de correição parcial	262
8º) Petição de interposição e contra-razões de correição parcial	265
9º) Embargos de declaração de sentença	268
10º) Embargos de declaração de acórdão	270
11º) Protesto por novo júri	272
12) Carta testemunhável e razões	273
13) Embargos infringentes e de nulidade	276
14) Petição de interposição e razões de recurso especial	279
15) Petição de interposição e contra-razões de recurso especial	283
16) Petição de interposição e razões de recurso extraordinário	287
17) Petição de interposição e contra-razões de recurso extraordinário	292
18) Interposição de agravo, de despacho denegatório de recurso especial	294
19) Razões de agravo de despacho denegatório de recurso especial	295
20) Interposição de contra-razões de agravo de despacho denegatório de recurso especial	298
21) Contra-razões de agravo de despacho denegatório de recurso especial	299
22) Interposição de agravo de despacho denegatório de recurso extraordinário	301
23) Interposição de razões de agravo de despacho denegatório de recurso extraordinário	303
24) Interposição de contra-razões de agravo de despacho denegatório de recurso extraordinário	306
25) Contra-razões de agravo de despacho denegatório de recurso extraordinário	307
26) Petição e razões de agravo regimental contra decisão de relator em tribunal	309
27) Reclamação	312
28) Petição de interposição e razões de recurso ordinário constitucional	315
29) Petição de interposição e contra-razões de recurso ordinário	

343.1(81)
N964p



Capítulo X — Ações de Impugnação	
1. Conceitos e visão constitucional	321
2. Particularidades sobre o <i>habeas corpus</i>	321
2.1 Legitimidade ativa e legitimidade passiva	322
2.2 Extensão do <i>habeas corpus</i>	323
2.3 Processamento e competência	323
2.4 Hipóteses legais de cabimento	323
2.5 Conteúdo da petição inicial	324
2.6 Espécies de <i>habeas corpus</i>	324
3. Particularidades sobre o mandado de segurança	
3.1 Legitimidade ativa e legitimidade passiva	325
3.2 Extensão do mandado de segurança	325
3.3 Processamento e competência	326
3.4 Hipóteses legais de cabimento	326
3.5 Conteúdo da petição inicial	326
3.6 Espécies de mandado de segurança	327
4. Particularidades sobre a revisão criminal	327
4.1 Legitimidade ativa e legitimidade passiva	327
4.2 Extensão da revisão criminal	327
4.3 Processamento e competência	328
4.4 Hipóteses legais de cabimento	328
4.5 Conteúdo da petição inicial	328
5. Procedimentos esquemáticos	329
1.º) Identificação da autoridade coatora	329
2.º) Mandado de segurança	330
3.º) Justificação	331
4.º) Revisão criminal	332
6. Modelos de peças	333

(Conteúdo exclusivo do CD-ROM)

1.º) <i>Habeas corpus</i> contra decisão judicial determinando a prisão do réu	334
2.º) <i>Habeas corpus</i> visando ao trancamento da ação penal	
3.º) <i>Habeas corpus</i> para impedir o indiciamento de investigado	
4.º) <i>Habeas corpus</i> para anular processo penal	
5.º) <i>Habeas corpus</i> para a soltura do réu preso por mais tempo do que determina a lei	
6.º) <i>Habeas corpus</i> para a soltura de réu quando cessados os motivos determinantes da prisão	
7.º) Mandado de segurança para impedir a quebra do sigilo	



bancário	337
8.º) Mandado de segurança para impedir a quebra do sigilo fiscal	
9.º) Mandado de segurança para garantir a admissão do assistente de acusação	
10) Mandado de segurança para impedir a soltura do réu	
11) Revisão criminal contra sentença condenatória que for contrária ao texto expresso de lei penal	340
12) Revisão criminal contra decisão condenatória que for contrária à evidência dos autos	
13) Revisão criminal contra decisão condenatória que se fundar em prova falsa	
14) Revisão criminal contra decisão condenatória em face de prova nova demonstrativa da inocência do réu	
15) Justificação para a revisão criminal	
 Capítulo XI — Execução Penal	
1. Conceito e natureza jurídica	345
2. Individualização executória da pena	345
3. Sistema progressivo de cumprimento da pena	346
4. Livramento condicional	346
5. Remição	347
6. Indulto	347
7. Modelos de peças	348
 (Conteúdo exclusivo do CD-ROM)	
1º) Pedido de progressão do regime fechado para o semi-aberto	349
2º) Pedido de progressão do regime semi-aberto para o aberto	351
3º) Pedido de livramento condicional	353
4º) Pedido de remição	355
5º) Pedido de indulto	357
6º) Pedido de comutação (indulto parcial)	359
7º) Pedido de incidente de desvio de execução	361
8º) Pedido de conversão de pena em medida de segurança	363
9º) Pedido de unificação de penas por crime continuado	365
10º) Pedido de unificação de penas por concurso formal	

